

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, bem como o respectivo parecer dos auditores independentes.
Em 31 de dezembro de 2009, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 76.952 mil. Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, esta administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção desses títulos nesta categoria.
No final de setembro de 2009, os acionistas concretizaram a decisão de voltar para o antigo foco de atuação do Banco - operações de *Middle Market*, Câmbio e Serviços. Em conexão com essa decisão, a grande maioria dos créditos oriundos das operações de veículos e crédito consignado, existentes naquela data, foi cedida, com coobrigação, para um fundo de investimento em direitos creditórios. A estrutura operacional e os respectivos acordos comerciais relativos a esse segmento foram transferidos para outra instituição financeira.
Destacamos, a seguir, um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, cuja **risca encontra-se disponível no site www.bancopaulista.com.br**.
A. **Risco Operacional** - A Resolução nº 3.380 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas

e sistemas, ou de eventos externos. Conforme permissão expressa contida no artigo 7º, da referida resolução, o Banco Paulista, instituição líder do Conglomerado formado pelo Banco e pela Socopa Corretora, decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento de Risco Operacional no banco, compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas das instituições integrantes do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco operacional do Conglomerado é suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco operacional têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco Operacional) e de metodologias para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional, assim como coletar e tratar as perdas operacionais. As informações de Risco Operacional e suas perdas são integradas em única base de dados, gerando informações precisas a respeito dos eventos de risco operacional. Tais informações, depois de devidamente tratadas e avaliadas pelos gestores de cada área, servem de base para elaboração de planos de ação de mitigação de riscos para serem submetidos à aprovação do Comitê de Gerenciamento de Riscos, integrado por diretores estatutários do Conglomerado.
B. **Risco de Mercado** - A Resolução nº 3.464 define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O Banco Paulista também decidiu pela implantação de estrutura única de Gerenciamento do Risco de Mercado do Conglomerado no banco, compatível com a natureza das

operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado das instituições integrantes do Conglomerado. Os assuntos relativos ao Risco de Mercado, assim como ocorre com os de Risco Operacional, são discutidos e decididos no Comitê de Gerenciamento de Riscos e atende às definições de políticas e limites definidos pelo Comitê de Planejamento Estratégico, integrado por diretores estatutários do Conglomerado. Estas definições condizem com as melhores práticas de Gerenciamento de Riscos utilizadas pelo mercado e estão em consonância com o perfil operacional do Conglomerado. O processo de gestão e controle do risco de mercado do Conglomerado é também suportado pela assessoria especializada da Integral-Trust Serviços Financeiros Ltda. Os serviços de assessoria especializada em risco de mercado têm como escopo o fornecimento de software (Sistema Integral de Gestão de Risco V@R) e de metodologias para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, incluindo todas as fontes relevantes de risco de mercado e gerar relatórios tempestivos para a diretoria do Conglomerado. Este trabalho é periodicamente revisado com intuito de atender às melhores práticas.
Agradecemos ao apoio e à confiança dos nossos clientes, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 9 de abril de 2010
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	2009	2008
Circulante	1.148.913	859.036
Disponibilidades	79.709	92.425
Em moeda nacional	32.299	2.469
Em moeda estrangeira	47.410	89.956
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.063	202.970
Aplicações em operações compromissadas	242.857	201.591
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.206	1.379
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	360.580	255.701
Carteira própria	117.252	5.022
Vinculados a operações compromissadas	198.165	184.033
Vinculados à prestação de garantias	44.792	66.407
Instrumentos financeiros derivativos	371	239
Relações interfinanceiras	173.127	48.841
Créditos vinculados	41.777	48.841
Correspondentes	131.350	
Operações de crédito	190.525	181.125
Operações de crédito - setor privado	216.546	191.937
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.021)	(10.812)
Outros créditos e outros valores e bens	90.909	77.974
Carteira de câmbio	28.146	21.105
Rendas a receber	39	228
Negociação e intermediação de valores	11	2.226
Impostos a compensar	13.135	14.147
Créditos tributários	17.363	8.070
Despesas antecipadas	6.535	9.295
Diversos	26.859	23.887
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.179)	(984)
Realizável a longo prazo	208.030	280.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.862	6.274
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.862	6.274
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	76.952	65.304
Carteira própria	76.952	65.304
Operações de crédito	47.069	156.951
Operações de crédito - setor privado	53.498	165.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.429)	(8.858)
Outros créditos e outros valores e bens	68.147	52.017
Créditos tributários	49.755	25.043
Despesas antecipadas	5.372	15.545
Diversos	13.038	11.429
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(18)	
Permanente	46.368	42.946
Investimentos	42.691	39.015
Participação em controlada no País	41.450	37.452
Outros investimentos	1.241	1.563
Imobilizado	3.189	3.418
Imóveis de uso	957	3.495
Outras imobilizações de uso	4.209	5.256
Depreciações acumuladas	(1.977)	(5.333)
Diferido	285	513
Gastos de organização e expansão	988	988
Amortizações acumuladas	(703)	(475)
Intangível	203	
Ativos Intangíveis	215	
Amortizações acumuladas	(12)	
Total do Ativo	1.403.311	1.182.528

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital realizado	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2007	33.900	185	4.972		72.349	111.406
Aprovação do aumento de capital	73.100	(176)	(575)		(72.349)	
Atualização de títulos patrimoniais		88			14.997	88
Lucro líquido do exercício					750	(750)
Destinações do lucro:						
Reserva legal					10.547	(10.547)
Reserva estatutária					10.547	(10.547)
Juros sobre capital próprio, R\$ 0,02 por ação					10.547	(3.700)
Em 31 de dezembro de 2008	107.000	97	5.147	10.547	122.791	122.791
Prejuízo do exercício					(13.292)	(13.292)
Compensação de prejuízo:						
Reserva legal			(2.745)		2.745	
Reserva estatutária				(10.547)	10.547	
Em 31 de dezembro de 2009	107.000	97	2.402		109.499	109.499
Em 30 de junho de 2009	107.000	97	2.402		(1.953)	105.144
Lucro líquido do semestre					4.355	4.355
Destinações do lucro:						
Reserva legal			2.402		(2.402)	
Em 31 de dezembro de 2009	107.000	97	2.402		109.499	109.499

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco comercial. Seu foco de atuação é concentrado em operações de crédito para pessoas físicas, CDC consignado, financiamento de veículos e em operações de câmbio (basicamente, em operações de comércio exterior e financeiro). Por meio de sua subsidiária Integral, Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A., atua na intermediação de operações na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, de Mercadorias & Futuros - BMAF e na administração de fundos e clubes de investimento.
No final de setembro de 2009, os acionistas concretizaram a decisão de voltar para o antigo foco de atuação do Banco - operações de *middle market*, câmbio e serviços. A grande maioria dos créditos oriundos das operações de financiamento de veículos e crédito consignado, existentes naquela data, foi cedida, com coobrigação, para um fundo de investimento em direitos creditórios. A estrutura operacional e os respectivos acordos comerciais relativos a esse segmento foram transferidos para outra instituição financeira (Nota 7(g)).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando, a partir do exercício de 2008, as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN.
Essas demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas na obtenção de determinados saldos contábeis tais como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão de desvalorização de outros bens não de uso, a provisão para passivos contingentes e a mensuração de determinados ativos a valor de mercado. Quando da efetiva realização desses ativos e passivos, os saldos poderão ser diferentes dessas estimativas e premissas.
Os títulos e valores mobiliários, que de acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN foram classificados em "Títulos para negociação", estão sendo apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Auração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são classificados e valorizados conforme descrito a seguir:

(i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem ativas e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do período.

(ii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que podem ser negociados, contudo não adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, sendo registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, tendo como contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de manter-se em carteira até seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. Na ocorrência de algum indicativo de perda definitiva, em relação ao custo atualizado, é constituída provisão para perda.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não. Os valores a receber ou a pagar são registrados em outros créditos/outras obrigações, sendo valorizados em função do seu respectivo valor de mercado, de acordo com a Circular nº 3.082, do BACEN. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para administrar a exposição global de risco.

(e) Operações de crédito

As operações de crédito são registradas pelo seu valor de origem e valorizadas com base no indexador e na taxa contratada da operação, sendo suas rendas reconhecidas *pro rata* dia em resultado. As operações com atraso superior a 59 dias são valorizadas da mesma forma, sendo que as receitas são registradas em rendas a apropriar.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando-se os parâmetros definidos pela Resolução nº 2.682, que determina:

- a classificação das operações em nove diferentes níveis de riscos (AA - H), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- as operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- as operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas em "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando de seu efetivo recebimento;
- a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco e é julgada, pela

administração, com base em sua experiência passada, conjuntura econômica e os riscos globais da carteira, suficiente para cobrir as prováveis perdas.

(f) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, bem como a provisão para imposto de renda e contribuição social e demais impostos e contribuições foram constituídos tomando-se por base a legislação vigente e as seguintes alíquotas:

	Porcentagem
Imposto de renda	15,00
Adicional de imposto de renda	10,00
PIS	0,65
COFINS	4,00
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15,00

Até o mês de abril de 2008, o crédito tributário de contribuição social e a provisão de contribuição social a pagar foram calculados à alíquota de 9,00%. A partir de maio de 2008, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, passaram a ser calculados com base na alíquota de 15,00% (Nota 15).

(g) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base *pro rata* dia.
Despesas antecipadas referem-se, basicamente, a comissões pagas na contratação de financiamentos e empréstimos consignados, que estão sendo apropriadas ao resultado na rubrica "Outras despesas operacionais", pelo prazo dos contratos que lhes deram origem, ou por ocasião da cessão desses créditos.

(h) Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedade controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como descrito a seguir - imóveis de uso - 4%; sistemas de processamento de dados e de transporte - 20%; e demais contas - 10%.
- Ativo diferido é composto por benfitorias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais, basicamente, de 24% conforme prazo do contrato de locação. De acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa.
- Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
- (i) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses**
Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata* dia.
- (j) Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e das variações monetárias, em base *pro rata* dia.
- (k) Passivos e ativos contingentes**
Para o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas, contingências passivas, são adotados os seguintes critérios:
• Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
• Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos em que, no julgamento da administração e seus assessores legais, as chances de perda são avaliadas como possíveis e remotas, não são constituídas provisões.
• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são derivadas de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias que, independente da avaliação acerca da probabilidade de insucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões para contingências constituídas, e os correspondentes depósitos judiciais podem ser assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2009	2008	2009	2008
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais (*)	5.079	3.653	42.179	34.895
Cíveis	199	104	925	373
Trabalhistas	170	157	165	186
	5.448	3.914	43.269	35.444

(*) Referem-se, basicamente, a questionamentos em relação à incidência e alíquotas de PIS e COFINS.
(l) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**
Com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do banco, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda *por impairment* no resultado do exercício.

4. CONTROLES DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A administração do Banco adota políticas, consideradas por esta, conservadoras. Neste contexto, quando necessário, os riscos são tratados conforme abaixo descrito:

(a) Risco de mercado

O Banco utiliza a metodologia *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado (taxas de juros). Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação e análise dos cenários.

O *Value at Risk* é calculado diariamente, considerando todos os ativos expostos à variação das taxas de juros. Os cenários históricos utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes. Para as taxas de juros tem sido utilizado o modelo previsto pelo Banco Central do Brasil (Circular nº 2.972).

(b) Risco de crédito

O Banco adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. A aprovação dos créditos é de competência do Comitê de Crédito - formado por membros da Diretoria Executiva e da Alta Gerência. Os créditos são acompanhados e revisados constantemente.

(c) Risco de liquidez

O Banco procura manter uma estrutura de capital, com grau de alavancagem e liquidez compatíveis. Ainda, protegendo a liquidez, o Banco zela por diversificação e baixa concentração de valores de devedores, administrando também os prazos das operações ativas e passivas de forma a que tenham, tanto quanto possível, seus vencimentos correlacionados. Dentre os instrumentos de administração da alavancagem e liquidez destacamos as operações de cessão de crédito (Notas 6(a) e 7(g)) e captações com partes relacionadas (Nota 16).

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Nas datas dos balanços, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos do seguinte modo:

	2009	2008
Disponibilidades	79.709	92.425
Aplicações interfinanceiras de liquidez	85.534	25.353
Aplicações em operações compromissadas	82.186	25.353
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.348	
	165.243	117.778

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e valores mobiliários

(i) Por natureza e faixas de vencimento

Títulos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	
							2009	2008
Para negociação								
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		701	4.042	12	14.497		19.252	56.613
Letras do Tesouro Nacional - LTNs		61.332		169.868			231.200	171.405
Notas do Tesouro Nacional - NTNs								

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido com base dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA; o das ações pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores publicados no Boletim Diário de cada Bolsa.

(iii) A classificação na categoria "mantidos até o vencimento" está condicionada à capacidade financeira do Banco em mantê-los até o resgate. A decisão da administração está baseada no fluxo de caixa projetado. O ajuste a valor de mercado, quando aplicável, é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01.

Em dezembro de 2008, a administração reavaliou a classificação dos títulos públicos classificados até então nessa categoria, transferindo-os para categoria "para negociação", de acordo com o previsto no artigo 5º, da Circular BACEN nº 3.068/01. Assim, foi creditado no resultado do exercício o ganho não realizado de R\$ 115.

(iv) Aplicações em cotas subordinadas de fundos de Investimento em Direitos Creditórios: O Banco mantém recursos investidos em cotas subordinadas dos fundos, denominados Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos e de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II, que foram constituídos sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração, ou em virtude da liquidação dos fundos. Esses fundos terão prazos de duração até 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Os fundos são administrados e geridos pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

As relações mínimas entre os patrimônios líquidos dos citados fundos e os valores das respectivas cotas seniores em circulação são de 118,5% e 130%, respectivamente, que representam, aproximadamente, a proporção de 24,3% e 23,57% de cotas subordinadas em relação aos patrimônios líquidos dos referidos fundos.

Em 13 de outubro de 2009, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos realizou uma Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, na qual foi aprovada a liquidação antecipada, do fundo. A liquidação total do fundo ocorrerá em função do efetivo fluxo de recebimentos pelo fundo. Em 31 de dezembro de 2009, todas as cotas seniores desse fundo já haviam sido resgatadas. Conseqüentemente, não se aplica a apuração da relação entre o patrimônio líquido do fundo e o valor das respectivas cotas seniores em circulação.

Em 31 de dezembro de 2009, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II apresentava uma relação entre o patrimônio líquido e o valor das respectivas cotas seniores em circulação de 150,6%.

Cotas subordinadas são aquelas que se subordinam às demais para efeito de resgate. O Banco também é detentor de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F IX - MULTISEGMENTOS, administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - DTMV Ltda., constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, sem prazo de carência inicial para o resgate de suas cotas.

Esse fundo deverá manter a relação mínima de 80% de cotas seniores e 20% e de cotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do fundo. Caso o fundo apresente percentual inferior a 20% de cotas subordinadas, o Banco deverá subscrever tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima estabelecida. Em 31 de dezembro de 2009, essa relação estava em 37,43% de cotas subordinadas.

Os direitos creditórios adquiridos pelos fundos são originados de financiamentos concedidos pelo Banco a devedores de contratos de CDC. Para que possam ser cedidos aos fundos, os direitos creditórios devem atender às condições de cessão e critérios de elegibilidade definidos no regulamento de cada fundo. Não há coobrigação direta do Banco em relação ao pagamento desses direitos creditórios. Não obstante, o Banco é o titular de todas as cotas subordinadas desses fundos. Tais cotas suportarão quaisquer eventuais prejuízos na carteira de créditos dos fundos, até o limite das mesmas. Em 31 de dezembro de 2009, os fundos possuíam carteiras de direitos creditórios no montante de R\$ 185.093, com provisão para possíveis perdas, no montante de R\$ 28.697.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o Banco cedeu operações de crédito aos fundos no valor de R\$ 64.350 (2008 - R\$ 248.647), apurando um lucro de R\$ 7.184 (2008 - R\$ 25.552), reconhecido contabilmente na rubrica "Receitas de operações de crédito". O saldo das comissões pagas por ocasião da contratação das operações cedidas, a apropriar ao resultado, na data da cessão, no montante de R\$ 1.976 (2008 - R\$ 20.638), foi apropriado diretamente ao resultado na rubrica "Outras despesas operacionais".

No exercício de 2009, o Banco recomprou operações de crédito (cedidas anteriormente), pelo valor total de R\$ 11.303. Essas operações foram registradas na rubrica "Operações de crédito", pelo montante de R\$ 10.269 (valor presente dessas operações, calculado com base nas taxas originais de cada contrato recomprado), tendo sido apurada uma perda de R\$ 1.031, reconhecida contabilmente a débito da rubrica "Receitas de operações de crédito".

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em cotas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da instituição.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Todas as operações com derivativos realizadas, no Brasil, pelo Banco são registradas na BM&F Bovespa ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

Nas datas dos balanços as operações de derivativos estavam distribuídas conforme demonstrado a seguir:

(i) As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em cotas de compensação e os ajustes/prêmios, em cotas patrimoniais.

Contratos de swaps

	Valor referencial	Valor patrimonial a receber/(recebido) (a pagar)/pago	Valor de mercado
Posição ativa			
Juros prefixados	17.781	18.891	19.015
	17.781	18.891	19.015
Posição passiva			
Mercado interfinanceiro	17.781	(18.768)	(18.892)
	17.781	(18.768)	(18.892)
		123	123

Contratos de futuros

	Valor referencial	Valor patrimonial a receber/(recebido) (a pagar)/pago	Valor de mercado
Compromissos de compra			
Dólar norte-americano	55.182	9	9
	55.182	9	9

Termo de moedas

	Valor referencial	Valor patrimonial a receber/(recebido) (a pagar)/pago	Valor de mercado
Posição ativa			
Dólar norte-americano	14.810	14.810	14.810
Posição passiva			
Euro	11.276	(11.276)	(11.276)
Dólar canadense	539	(539)	(539)
Dólar australiano	517	(517)	(517)
Libra esterlina	889	(889)	(889)
Yen japonês	536	(536)	(536)
Franco suíço	684	(684)	(684)
Coroa norueguesa	33	(33)	(33)
Dólar neozelandês	89	(89)	(89)
	14.563	(14.563)	(14.563)
	29.373	247	247

(ii) Os contratos dos instrumentos derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Valor referencial	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Contratos de swap	2.079	1.978	3.601	10.123	17.781
Contratos de futuros	55.182				55.182
Termo de moedas	29.373				29.373

7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(a) Composição da carteira de crédito por tipo de operações e prazos de vencimento

Parcelas vencidas (*)	A vencer				Total das operações
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
					2009
					2008
Níveis de risco					
Operações de crédito	31.795	86.303	62.534	40.968	57.136
Empréstimos	4.179	55.062	40.310	23.041	9.714
Conta garantida	2.216	16.722	6.970		25.908
CDC	5.706	795	638	1.080	3.412
Duplicatas					11.631
Aquisição de direitos creditórios sem coobrigação	588	1.179	808		2.575
Aquisição de direitos creditórios com coobrigação	4.482	2.379	3.962	7.840	18.663
Financiamentos de veículos	19.106	4.006	3.790	7.131	24.130
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.103	5.856	3.109	11.068	6.846
Financiamentos habitacionais (Nota 11)	442	442	442	8.404	9.730
Outros créditos (Nota 8(b))	1.512	1.441	2.203	3.636	8.792
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (inclui rendas a receber)	130	10.614	5.586	683	17.013
	31.925	96.917	68.220	41.651	57.136
					295.849
					384.306

(*) Parcelas vencidas, sendo que desse montante, R\$ 13.794 encontram-se vencidas em até 59 dias.

(b) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	Crédito de curso		Total		Provisões	
	Normal	Anormal (*)	2009	2008	2009	2008
A	21.513		21.513	12.555	108	63
B	45.974	3.096	49.070	216.680	981	4.334
C	162.358	10.215	172.573	101.191	6.903	4.048
D	9.960	9.192	19.152	34.483	1.915	3.448
E	355	5.528	5.883	9.104	1.765	2.731
F	822	6.917	7.739	6.963	3.869	3.482
G	232	5.814	6.046	2.604	4.233	1.822
H	1.445	12.428	13.873	726	13.873	726
	242.659	53.190	295.849	384.306	33.647	20.654

(*) Parcelas vencidas a partir de 15 dias.

(c) Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

Setor privado	2009		2008	
	Operações de crédito	Participação no total - %	Operações de crédito	Participação no total - %
Rural	11.068	3,74	6.846	1,79
Indústria	49.983	16,89	36.411	9,48
Comércio	33.332	11,27	23.242	6,04
Intermediários financeiros	8.791	2,97	11.979	3,11
Outros serviços	94.166	31,83	55.832	14,53
Pessoa física	98.509	33,30	249.996	65,05
	295.849	100,0	384.306	100,0

(d) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos

	2009	2008
Saldo inicial da provisão	20.654	23.348
Adições líquidas de reversões (Nota 7(g))	58.696	20.607
Baixas de créditos contra a provisão	(45.703)	(23.301)
Saldo final da provisão	33.647	20.654

(e) Risco de crédito por cliente (maiores devedores)

	2009		2008	
	Valor	Carteira - %	Valor	Carteira - %
Maior	18.916	6,4	11.979	3,1
10 maiores	106.825	36,1	52.710	13,7
20 maiores	141.836	47,9	74.912	19,5

(f) Montante de operações renegociadas e recuperadas

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de operações de crédito renegociadas, em aberto, era de R\$ 2.346 (2008 - R\$ 1.484).

Neste exercício foram recuperados créditos, anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 6.013 (2008 - R\$ 4.321).

(g) Cessões de crédito

Foram efetuadas, no decorrer do exercício de 2008, cessões de crédito, sem coobrigação, para terceiros, resultando em ganho, no valor de R\$ 14.442, registrado na rubrica "Receitas de operações de crédito". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o Banco recomprou operações de crédito, cedidas anteriormente com coobrigação, pelo valor total de R\$ 39.546. Essas operações foram registradas na rubrica "Operações de crédito", pelo montante de R\$ 29.972 (valor presente dessas operações, calculado com base nas taxas originais de cada contrato recomprado), tendo sido apurada uma perda de R\$ 9.574, reconhecida contabilmente a débito da rubrica "Receitas de operações de crédito". Os saldos, *pro rata* dia, das comissões pagas por ocasião da contratação das operações cedidas, a apropriar ao resultado, nas datas das recompras dessas operações de crédito, no montante de R\$ 2.944, foram registradas a crédito da rubrica "Outras despesas operacionais" e a débito da rubrica "Despesas antecipadas". Esse valor está sendo apropriado ao resultado, por meio de débito em "Outras despesas operacionais", em função dos prazos remanescentes das operações de crédito que foram recompradas. No ano de 2009, não ocorreram operações de recompras de créditos, cedidos anteriormente com coobrigação.

No decorrer do exercício de 2009, foram realizadas cessões de operações de crédito, com coobrigação, no montante líquido de R\$ 302.301, incluindo a operação mencionada na Nota 1, (2008 - R\$ 183.342), resultando em ganho, no valor de R\$ 56.585 (2008 - R\$ 41.488), registrado na rubrica "Receitas de operações de crédito". Os saldos das comissões pagas por ocasião da contratação das operações cedidas, a apropriar ao resultado na data da cessão, no montante de R\$ 4.225 (2008 - R\$ 16.909), foram apropriadas diretamente ao resultado, na rubrica "Outras despesas operacionais". Adicionalmente, o Banco efetuou, no exercício de 2009, conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, cessões de créditos, já vencidos, oriundos de suas operações comerciais, sem coobrigação, pelo montante de R\$ 4.338 (2008 - R\$ 2.460), para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R\$ 37.639 (2008 - R\$ 23.818), havendo, à época da cessão, provisão constituída de R\$ 35.007 (2008 - R\$ 20.212). Os valores das cessões foram fixados baseados em laudo de avaliação elaborado por empresa independente. O prejuízo da cessão, no montante de R\$ 33.300 (2008 - R\$ 21.358), e o saldo das comissões pagas por ocasião das contratações das operações cedidas, a apropriar ao resultado, nas datas das cessões, no montante de R\$ 1.650 (2008 - R\$ 1.729), foram registrados a débito das rubricas de receitas de operações de crédito e outras - despesas operacionais, respectivamente. Simultaneamente, foram revertidas as respectivas provisões constituídas para créditos de liquidação duvidosa.

No decorrer do exercício de 2009, o Banco recomprou operações cedidas no exercício de 2008 à Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pelo valor total de R\$ 765 (em 2008 - não houve). Essas operações foram registradas na rubrica "Operações de crédito", pelo montante de R\$ 6.686 (em 2008 - não houve), (valor presente dessas operações, calculado com base nas taxas originais de cada contrato recomprado), tendo sido apurada um lucro de R\$ 7.921 (em 2008 - não houve), reconhecido contabilmente a crédito da rubrica "Receitas de operações de crédito". Simultaneamente, foi constituída a respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 8.686 (em 2008 - não houve).

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total de operações de crédito cedidos com coobrigação, registradas em cotas de compensação, totaliza R\$ 346.181 (2008 - R\$ 184.874). Sobre essas operações foi constituída provisão para possíveis perdas, considerando os mesmos critérios da Resolução nº 2.682, totalizando R\$ 25.367 (2008 - R\$ 15.526), registrada na rubrica "Outras obrigações - diversas" (Nota 12).

8 OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS
(a) Carteira de câmbio

	2009		2008	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	25.291		20.835	
Direitos sobre venda de câmbio	5.340		71	
Câmbio vendido a liquidar		5.312		68
Obrigações por compra de câmbio		26.080		15.707
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(2.826)		(71)	
Adiantamentos sobre contrato de câmbio		(16.671)		(14.311)
Outros	341	158	270	213
	28.146	14.879	21.105	1.677

Do saldo de adiantamentos sobre contrato de câmbio, R\$ 2.342 (2008 - R\$ 4.508) referem-se a letras entregues (mercadorias embarcadas) e R\$ 14.329 (2008 - R\$ 9.803) letras a entregar.

(b) Outros créditos - diversos

	2009	2008
Devedores diversos no país	6.823	5.898
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7(a))	8.792	11.979
Bens não de uso	23.716	13.796
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso	(9.433)	(2.621)
Devedores por depósitos em garantia (Nota 3(k))	5.448	3.914
Preatórios do Tesouro Nacional	4.394	
Outros	157	2.350
	39.897	35.316

Devedores diversos no país referem-se, basicamente, a valores em trânsito, cujas respectivas liquidações financeiras ocorreram nos primeiros dias úteis do mês subsequente. Devedores por compra de valores e bens referem-se a valores a receber de cessão de crédito efetuada a prazo (Nota 7 (a)).

9 INVESTIMENTOS
Participação em sociedade controlada - Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.

	2009	2008
Informações sobre a controlada		
Capital social	25.531	25.531
Patrimônio líquido	40.451	37.452
Lucro líquido do exercício	3.998	4.837
Atualização dos títulos patrimoniais		88
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Participação - %	100	100
Resultado de equivalência patrimonial	3.998	4.925
Dividendos propostos (registrados no ativo permanente do Banco Paulista S.A.)	999	

10 DEPÓSITOS
(a) Maiores depositantes (por grupo econômico)

	2009		2008	
	À vista	A prazo	À vista	A prazo
Maior	6.002	32.957	1.509	45.451
10 maiores				